

IMPORTANCIA DO AGROEXTRATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO AMAPÁ¹

IMPORTANCE OF AGROEXTRACTIVISM FOR THE DEVELOPMENT OF QUILOMBOLA COMMUNITIES IN AMAPÁ

Alcidete Flexa Moraes²
Welber Carlos Andrade da Silva³

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo, analisar por meio de uma revisão bibliográfica o papel do agroextrativismo no desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombo do estado do Amapá. Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo. Os resultados foram discutidos tendo como base, estudos realizados em territórios remanescentes de quilombo do estado do Amapá. Foi avaliado o Quilombo do Tapereira, Quilombo do Curiaú, Quilombo do Rosa e o Quilombo Mel da Pedreira. No Amapá, a importância do agroextrativismo se dá principalmente através da alimentação com a venda dos excedentes em pequena escala. Por fim, foi possível identificar que a prática extrativa em união com a agricultura são atividades viáveis para as comunidades quilombolas investigadas e contribui para a economia e a soberania alimentar dos remanescentes.

Palavras-chave: extrativismo vegetal; economia; quilombo.

ABSTRACT: This work has as objective, analyze through a bibliographical review the role of agroextractivism in the development of communities remnants of quilombo in the state of Amapá. This is a qualitative bibliographical review. The results were discussed based on studies carried out in remaining territories of quilombos from the state of Amapá. Quilombo Tapereira, Quilombo do Curiaú, Quilombo do Rosa and Quilombo Mel da Pedreira were evaluated. In Amapá, the importance of agroextractivism occurs mainly through food with the sale of surpluses on a small scale. Finally, it was possible to identify that the extractive practice together with agriculture are viable activities for the investigated quilombola communities investigated and contributes to the economy and food sovereignty of the remaining.

Keywords: plant extractivism; economy; quilombo.

Data de apresentação: 22/12/2023

¹ Artigo submetido a periódico nacional com formatação das diretrizes do mesmo. Assim, que publicado o autor principal se compromete em substituir o artigo temporário pelo definitivo.

² Pós-graduada em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. Email: flexaalcidete@gmail.com.

³ Orientador, Mestre em História Social da Cultura Regional. Docente do Instituto Federal do Amapá. Email: welber.silva@ifap.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O agroextrativismo é uma atividade que está presente há séculos na vida dos seres humanos, considerada uma das principais práticas desenvolvidas pela população amazônica, envolve um conjunto de atividades que vai desde a coleta de frutos na floresta, o cultivo de espécies, a pesca para consumo e a criação de animais de pequeno porte, tais práticas podem contribuir com a segurança alimentar⁴ dos habitantes desta região e a manutenção da economia das famílias. Essas atividades conjugam a coleta de recursos da biodiversidade nativa e geram produtos através do cultivo e da criação de animais, expressão as especificidades do sistema de produção agroextrativista, típicos também da agricultura familiar⁵.

Assim sendo, extrativista é aquele que pratica o extrativismo ou agroextrativismo (BRASIL, 2009). Os movimentos sociais da região Amazônica a partir de 1970 foi muito importante na luta pela defesa das populações extrativistas e por mais acessibilidade aos recursos florestais, pois havia uma ameaça do avanço da fronteira agropecuária na região, assim, o agroextrativismo tornou-se uma categoria derivada do movimento social⁶. Esta que é uma atividade desenvolvida por séculos segundo Nascimento (2005), até os dias atuais faz parte da realidade da população amazônica, o autor corrobora que os movimentos sociais dos seringalistas foi muito eficiente e produtiva na busca de melhores condições de vida nos seringais.

Além de bastante diversificada, a agricultura, em especial, o agroextrativismo familiar, quando relacionado às metas de conservação ambiental se revela mais apropriado, segundo estudiosos e atores sociais ambientalistas, pois há uma baixa interferência nas dinâmicas dos

⁴ A segurança alimentar está relacionada á uma existência em que todos possam ter acesso aos alimentos básicos e de qualidade de forma digna, que seja suficiente e contínua, sem comprometer o acesso a outras necessidades fundamentais, permitindo assim a saudável reprodução do organismo dos seres humanos através das práticas alimentares. Ver MENDES, Patrícia Miranda. **Segurança alimentar em comunidades quilombolas: estudo comparativo de Santo Antônio (Concórdia do Pará) e Cacau (Colares), Pará.** 2006. 160f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2006.

⁵ NOGUEIRA, Mônica; FLEISCHER, Soraya. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 125-157, 2005.

⁶ *Ibidem*

ecossistemas, por apresentar uma produção de pequena escala, por cultivar e aproveitar espécies e ainda consorciar várias espécies nativas⁷.

Diversas políticas públicas podem se fundamentar através da ampliação do debate acadêmico sobre o Agroextrativismo e a agroecologia de forma geral, e contribui na difusão e na construção de conhecimentos sólidos (DUTRA; SOUZA, 2017). É neste sentido que as políticas públicas de incentivo são de extrema importância, para reforçar o consumo de produtos cultivados nestes espaços e contribuir com a economia local.

Para isso, o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministro de Estado do Meio Ambiente aprovou a instrução normativa conjunta nº 17, de 28 de maio de 2009, que trata sobre as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico.

A instrução normativa conjunta nº 17, de 28 de maio de 2009, diz que:

Agroextrativismo é a combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento; é orientado para a diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural, e uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais (BRASIL, 2009).

Diferentemente da prática de cultivo monocultora defendido pelo capitalismo industrial, o agroextrativismo realiza o consórcio de uma gama de atividades e causa baixo impacto no espaço natural e considera os saberes e conhecimentos tradicionais da população que vive nesses espaços, como citado anteriormente.

Outra importante política foi a criação do Projeto de Lei 6079/19 através da Câmara dos Deputados que trata da Política Nacional de Incentivo ao Agroextrativismo Familiar na Amazônia e o Fundo Nacional de Incentivo ao Agroextrativismo Familiar na Amazônia. Esta política tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das famílias extrativistas e reduzir as desigualdades regionais, além de desenvolver a economia e o meio social de forma sustentável dos estados e municípios da Amazônia⁸.

A atividade de extração dos recursos da natureza, em décadas passadas não foi muito difundido no âmbito da produção acadêmica, observa-se com isso, que ainda há uma

⁷ *Ibidem*

⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto cria política nacional para incentivar agroextrativismo familiar na Amazônia**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/633430-projeto-cria-politica-nacional-para-incentivar-agroextrativismo-familiar-na-amazonia>. Acesso em: 15 jul. 2023.

fragilidade na literatura nacional quando se volta a pesquisar sobre esta temática⁹. Este segmento, ainda enfrenta nos dias atuais muitos desafios quanto a sua efetivação e valorização política, ambiental, social e econômica, porém, mesmo havendo esta desvalorização, este tema vem ganhando destaque nas pesquisas com populações tradicionais, no sentido de visibilizar a importância da prática extrativa, porém, reforça-se a necessidade de ampliar este debate, principalmente à respeito das comunidades quilombolas que, nos últimos anos, vem enfrentando um desmonte de direitos já conquistados.

Além do mais, os afrodescendentes que vivem nos quilombos apresentam especificidades em seu modo de vida e precisam do seu território para realização de suas atividades e para que possam desenvolver-se social e economicamente, pois, são nesses espaços que realizam suas práticas culturais e econômicas e detém suas fontes principais de alimentação. Assim, faz-se necessário entender melhor a realidade dos remanescentes que, por décadas lutam por igualdade, não somente entender o processo histórico, mas também compreender a dinâmica de suas comunidades, especialmente no que diz respeito as suas formas de sobrevivência e a valorização do seu trabalho.

Com base nisso, este trabalho tem como objetivo principal, analisar o papel do agroextrativismo no desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombo do estado do Amapá.

Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, para isso, foram coletados artigos, monografias, teses, dissertações, leis e decretos através do Google acadêmico e dados no portal do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os resultados foram discutidos tendo como base estudos realizados em territórios remanescentes de quilombos do estado do Amapá. Este trabalho foi elaborado em um período de cinco meses, no primeiro mês foi realizado o levantamento e seleção da bibliografia especializada, o segundo e terceiro mês foram dedicados à análise e coleta dos dados para revisão de forma criteriosa e no quarto e quinto mês foi realizado a construção do artigo.

⁹ Até o final da década de 80, do ponto de vista da produção acadêmica, estudiosos e pesquisadores da questão agrária no Brasil, não fundamentaram grandes debates ou preocupações relacionadas ao extrativismo vegetal, sob a ótica de atividade econômica. Foi somente a partir desta década, em meio a grandes anseios da humanidade sobre o meio ambiente e suas manifestações quanto à preservação da floresta Amazônica, que surgem os principais trabalhos que constam na literatura brasileira que se preocupam em pensar o extrativismo vegetal de forma diferenciada, resgatando ainda, sua importância econômica, cultural e socioambiental, discutindo suas possibilidades como alternativa de desenvolvimento para a Amazônia. Ver FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro; SILVA, Irenildo Costa da; LOMBA, Roni Mayer. A sustentabilidade dos sistemas agroextrativistas do Sul Do Amapá. *Espaço & Geografia*, v. 22, n. 2, p. 521-554, 2019.

Assim, o presente artigo está dividido em quatro seções incluindo a introdução e quatro subseções. Na primeira seção é feita uma apresentação do tema de forma introdutória, na segunda é abordado à questão histórica de formação do território quilombola no Amapá, a terceira e a quarta referem-se à questão econômica do agroextrativismo no Brasil e no Amapá: análise sobre a cadeia produtiva do açaí, castanha-do-pará e da mandioca e a importância econômica do agroextrativismo para as comunidades quilombolas do Amapá respectivamente, as quatro subseções dedicam-se a identificar as principais práticas agroextrativistas desenvolvidas nas comunidades remanescentes de quilombo do Amapá.

Para isso, cabe aqui destacar o Decreto n 4.887 de 2003 em seu Art. 2^o que considera:

Remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Embora as populações tradicionais quilombolas estejam também envolvidas no âmbito da agricultura familiar, elas apresentam características peculiares e mantêm por séculos suas formas de produção e reprodução tradicional e social respectivamente, a solidariedade, a forma estratégica e manejada de utilização dos recursos da natureza por eles, reforçam a dimensão da sua etnicidade e territorialidade (BERNARDES, 2014). Assim, conhecer os problemas econômicos, educacionais, políticos e sociais que envolvem os negros e negras amapaenses na atualidade, implica conhecer um pouco da história vivenciadas por essas populações nos séculos XIX e XX (CUSTÓDIO; SOUZA; ALMEIDA, 2019). Este artigo irá abordar principalmente a questão econômica do agroextrativismo com foco nas comunidades quilombolas do Amapá. Para isso, é necessário conhecer de forma breve um pouco sobre a história de ocupação dos negros e negras neste espaço geográfico.

2 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA NO AMAPÁ

Com o objetivo de defender o domínio de seu território, a coroa de Portugal redobrou a atenção criando políticas para defender a área do cabo norte, principalmente o Amapá. Essas terras eram cobiçadas por várias nações como Espanha, Holanda, Inglaterra e França, por serem boas para a plantação de diversas culturas e posteriormente pela descoberta de minérios na região (LIMA; LOPES, 2010).

Assim, foi em 1751, meados do século XVIII que, de acordo com a história amapaense se deu a chegada dos primeiros negros na região, trazidos como escravos por famílias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Maranhão, que vieram para povoar Macapá (LOPES, 2017). A mão de obra escrava que era realizada em Macapá e nas demais vilas deste período levou a acontecer fugas. Este fato que é mencionado em registros históricos de autoridades locais levou a formação de núcleos de resistência negra, os chamados quilombos ou mocambos (SOARES, 2017). “Esta mão de obra negra escravizada foi utilizada na agricultura extensiva, na construção de fortes, entre outros”¹⁰. Nessa perspectiva, as fugas representaram uma alternativa de luta contra a escravidão, que consistia, a princípio, como solução difícil e arriscada, pois era uma tarefa individual, cujos destinos eram especialmente as áreas de mata¹¹.

Os negros escravizados viviam em péssimas condições e esta situação foi um dos fatores explicativos para as fugas em direção à área disputada entre França e Portugal. Os escravizados foram demasiadamente explorados nas obras da fortaleza e para buscarem a liberdade possível criaram várias táticas, por exemplo, alianças com os quilombolas que passavam informações para onde deveriam fugir, bem como, acordos com os negros das senzalas para juntos fugirem (NASCIMENTO, 2020, p. 3-4).

A dúvida a quem pertencia à área em disputa entre os rios Araguari e Oiapoque gerou pouco controle e policiamento das autoridades de Portugal, tornando esta área o principal destino para formação de mocambos (NASCIMENTO, 2020). “Os franceses consideravam como fronteira o rio Araguari ou em alguns momentos o Amazonas e os lusitanos defendiam o rio Oiapoque como limite entre os dois países” (NASCIMENTO, 2020, p. 02).

¹⁰ CAMPOS, Roberto Júnior de Almeida. **Modo de vida e territorialidade quilombola da comunidade Ressaca Pedreira-Amapá**. 2018. 113f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

¹¹ *Ibidem*

Neste caso, as regiões encachoeiradas as margens do rio Araguari, que estavam próximas à vila de Macapá e do rio Oiapoque, esta última uma área de disputa com a Guiana Francesa na época, eram os pontos de maior incidência dos núcleos de resistência (quilombos) como é registrado na história sobre o Amapá¹². Entre 1734 a 1804 os mocambos de negros com destaque maior nas terras do Amapá colonial foram os ao redor da Vila de Macapá, Mazagão, Araguari, Amapá, Vila de Igapuru, Rio Pesqueiro e Rio Matapi. No período de 1774 à 1791 próximos à Vila de Macapá, Rio Matapi e Rio Anauerapucu, na região do Amapá, haviam mocambos de índios e negros juntos (NASCIMENTO; PINTO, 2008).

O intenso fluxo entre os mocambos e as vilas acontecia por meio da realização de trocas de bens e mercadorias. Neste contexto, a localização geográfica dos quilombos auxiliava estrategicamente na sua proteção e ao mesmo tempo permitia uma dinâmica intensa referente à defesa de seu território (CAMPOS, 2009).

Neste sentido, Soares e Campos (2017), fazem reflexão acerca do processo de luta pela liberdade dos afrodescendentes, onde os mesmos reforçam que:

Os grupos de quilombos, considerados comunidades tradicionais, são oriundos da grande diversidade de processo migratórios para a ocupação de terras rurais e geralmente suas heranças históricas e culturais para a formação dos espaços sociais, compartilhando o sentimento de pertença do território e a forma de expressão de suas identidades étnicas, lutando para serem atores de sua própria história, sem conflitos por terra e poder, com as limitações fronteiriças definidas e respeitadas, buscando perpetuar suas descendências afrodescendentes em uma readequação com os novos cultos e ritos, introduzidos pelas relações com outras comunidades ou com o espaço urbano (SOARES; CAMPOS, 2017, p. 156).

Considerando isso, a luta deste grupo étnico pela liberdade é algo que se perpetua, porém entende-se que esta luta muda de configuração de acordo com o momento histórico, inicialmente a busca pela liberdade através das fugas foi fator essencial para a ocupação dos espaços e a construção dos núcleos de resistência, atualmente a principal luta desse povo é a busca por titulação de suas terras, onde possam viver, produzir e manifestar sua cultura.

Até o ano de 2017, haviam no estado do Amapá, quarenta comunidades remanescentes de quilombolas certificadas (Figura 1), além deste total, seis comunidades já eram tituladas e/ou estavam em processo de titulação, ou seja, deste universo, somente seis comunidades possuíam a titulação de seus territórios expedidas pelo INCRA e pela Fundação Cultural Palmares neste período, que são as seguintes: a comunidade Raimundo do Pirativa, Curiaú,

¹² *Ibidem*

Conceição do Macacoari, Mel da Pedreira e mais recentemente a comunidade Quilombola do Rosa recebeu a titulação de sua terra (CARVALHO; TEODORO; FILOCREÃO, 2017).

Reitera-se que, a fuga da escravidão e a migração de núcleos familiares na busca de novas áreas para agricultura e trabalho são dois principais acontecimentos que originaram as comunidades quilombolas na região, pois segundo dados da Fundação Cultural Palmares – FCP, atualmente no estado do Amapá existe mais de 150 comunidades remanescentes de quilombo catalogadas (SILVA; PALHARES, 2022).

Figura 1 – Demonstração das comunidades quilombolas do estado do Amapá que receberam certificação pela FCP e estão em processo de titulação (Ano 2016).

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	ANO DE ABERTURA DO PROCESSO
Calçoene	Cunani	
Macapá	Conceição do Macacoari, Lagoa dos Índios e Mel da Pedreira.	2005
Macapá	Ambé, Ilha redonda, Porto do Abacate, Rosa, São José da Mata, Fome e São Pedro dos Bois.	2006
Santana	São Raimundo do Pirativa	
Macapá	Santo Antonio do Matapi	2007
Santana	Alto Pirativa	
Oiapoque	Kulumbú do Patuazinho	
Santana	Engenho do Matapi, Nossa Senhora do Desterro dos Dois Irmãos e Cinco Chagas	2009
Macapá	Currulinho e São João do Matapi	
Macapá	Ressaca da Pedreira e São José do Matapi do Porto do Céu	
Tartarugalzinho	São Tomé do Aporema	2010
Ferreira Gomes	Igarapé do Palha	
Itaubal	São Miguel do Macacoari	
Santana	Igarapé do Lago	2011
Macapá	Santa Lúzia do Maruanum I e II	
Macapá	Curiaú	2012
Mazagão	Lagoa do Maracá	
Macapá	Campina Grande, Rio Pescado, Torrão do Matapi, Abacate da Pedreira e Carmo do Maruanum	
Laranjal do Jari	São José	2013
Vitória do Jari	Taperera	
Oiapoque	Vila Velha do Cassiporé	
Macapá	Lago do Papagaio	2014
Santana	São Francisco do Matapi	
Macapá	Santo Antônio da Pedreira	2015

Fonte: Carvalho et al, 2017

3 A ECONOMIA DO AGROEXTRATIVISMO NO BRASIL E NO AMAPÁ: ANÁLISE SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ, CASTANHA-DO-PARÁ E DA MANDIOCA

O acúmulo inicial de riquezas e a inserção da Amazônia nos mercados capitalistas ocorreu através do extrativismo vegetal e a agricultura, atividades produtivas responsáveis também pela ocupação demográfica dos europeus, de acordo com a história econômica da região amazônica (FILOCREÃO, 1992). Antes da presença dos colonizadores europeus, os indígenas que habitavam essa região já coletavam produtos existentes na natureza de acordo com a bibliografia histórica especializada, essa sobrevivência se complementava com o cultivo de alguns produtos agrícolas, principalmente tubérculos, como batata doce e a mandioca (SOUSA, 2006; FILOCREÃO, 1992).

Segundo Picanço (2009), essa combinação de várias atividades na reprodução familiar agroextrativista representa uma estratégia de sobrevivência por meio de diferentes formas de adaptação ao ecossistema local. O extrativismo causa baixo impacto aos ecossistemas hídricos e florestais, movimenta o mercado local e regional e promove o autossustento das famílias, assim, é considerado um componente vital à economia da região amazônica (SIMONI, 2010).

Com a extração vegetal, no ano de 2019 o Brasil arrecadou 5,0 bilhões de reais, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficaram com a maior parte desse valor, com maior representação nos produtos madeireiros (BRAINER, 2021).

O último estudo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2021 revelou que a produção da extração vegetal no Brasil e da silvicultura foi de 227.251 toneladas de açaí e de 33.406 toneladas de castanha-do-pará. A região Norte produziu 209.128 e 31.592 toneladas de açaí e castanha-do-pará respectivamente. Assim sendo, o Pará registrou a maior produção de açaí, com 154.433 toneladas (t), enquanto que o Amapá produziu 3.207 t de açaí, seguidos do estado do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins, em relação à produção de castanha-do-pará, o estado paraense produziu 5.924 t e o Amapá 397 t¹³.

Oito municípios do estado do Pará registraram os maiores volumes em 2021 no ranking dos 10 maiores produtores de açaí extrativo a nível nacional, sendo que o maior produtor é o Município de Limoeiro do Ajuru que ocupa a posição de maior destaque, em

¹³ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=destaques>. Acesso em: 13 jul. 2023.

relação ao ano de 2020, apresentou variação positiva de 2,3%, respondendo, sozinho, por 19,4% do total nacional¹⁴. No Amapá, a cidade de Macapá lidera o ranking de maior produtor de açaí, seguido do Município de Mazagão e Santana¹⁵.

Enquanto que a produção agrícola da mandioca no Brasil foi de 18.098.115 toneladas. O Amapá produziu 113.506 t no ano de 2021, enquanto que o estado vizinho, o Pará, produziu 4.053.932 t no mesmo ano ¹⁶. A mandioca tem múltiplo uso, seja para consumo humano, animal ou industrial, se destaca por ser rústica e pela grande capacidade de adaptação a condições desfavoráveis de clima e solo. O autor destaca ainda que, é um dos alimentos mais consumidos mundialmente, principalmente nas regiões tropicais, onde é cultivada com maior intensidade (PALHETA, 2019).

Para D'Arace *et al.*, (2019), o açaí é considerado uma das espécies mais promissoras para o mercado com importância ambiental social e econômica com demanda para o mercado nacional e internacional. Os autores ressaltam a importância ambiental, por compor a paisagem e a diversidade florística e alimento para a fauna e a ciclagem de nutrientes. Social, pois representa para as comunidades tradicionais e ribeirinhas um valor cultural. Além da importância econômica por apresentar uma diversificação de produtos como artesanato, polpa de fruta, adubos, corantes etc.

A castanha é uma atividade que possibilita retorno econômico às comunidades tradicionais e causa baixo impacto ambiental, a coleta e a comercialização dessa atividade são consideradas essenciais para a conservação da floresta Amazônica (SILVA; PONTES; ALBUQUERQUE, 2020). A desestruturação dessa cadeia provoca riscos ao sustento das famílias de comunidades extrativistas, que tem a coleta de castanha como fonte de renda principal, além de reduzir o emprego nas indústrias de processamento da amêndoa, mesmo havendo pouca representação na exportação no Brasil e nos estados Amazônicos (SANTOS; SENA; ROCHA, 2009).

¹⁴ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_2021_v36_informativo.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

¹⁵ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Extração Vegetal e da Silvicultura 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

¹⁶ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola – Lavoura Temporária. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 Ago. 2023.

4 A ECONOMIA DO AGROEXTRATIVISMO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO AMAPÁ

Diversas são as práticas agrícolas e extrativistas desenvolvidas nos territórios remanescentes do estado do Amapá, cada uma representa um modo de vida, cultura e tradição dessas comunidades que reforça a importância desses espaços para a manutenção da economia e a segurança alimentar destes que, por décadas resistem a diversos processos de expropriação e ao capitalismo exploratório que a cada dia se aproxima de suas comunidades.

Neste contexto, Silva, Silva e Reis destacam que:

Esses povos estabelecem com a natureza presente no seu território um sentimento de pertença, ou seja, o seu *homeland*. Desta forma, a relação com o território e o regime de propriedade constitui-se em um diferencial no desempenho das atividades de transformação da Natureza e dos sistemas de produção e troca, realizadas em bases não capitalistas. Nesse sentido, a agricultura familiar e o extrativismo se constituem em atividades econômicas principais dessas populações, geralmente praticadas em bases tecnológicas que remontam suas ancestralidades (SILVA; SILVA; REIS, 2019, p. 3).

Em estudo, Reis (2022), corrobora que em relação ao contexto atual do agroextrativismo no estado do Amapá, percebe-se como ele é importante para a economia, para o desenvolvimento sustentável e para a preservação do meio ambiente. No entanto, a produção agrícola no Amapá de maneira geral é de baixa escala e com pouca diversificação, o que torna difícil escolher atividades que garantam efeito positivo a curto, médio e longo prazo. O investimento em tecnologia para reverter este cenário é fraco também, além de condições edafoclimáticas desfavoráveis para alguns cultivos (LONBA; SILVA, 2014).

Ainda sobre o Amapá, a região dos castanhais tem grande importância econômica e ambiental na região Sul do Estado (RIBEIRO, 2009). Enquanto que para as populações de origem ribeirinha, o hábito de consumir açaí é cultural, considerado alimento básico, é consumido como prato principal ou complemento durante as refeições, com farinha de mandioca, associado ao peixe, camarão ou carne (COSTA; OLIVEIRA, 2019). Com seus sistemas de produção de baixo impacto desenvolvido por agricultores familiares, o território Sul Amapaense constitui no Brasil uma das últimas fronteiras agrícolas que disponibiliza considerável estoque florestal no território (PENHA *et al.*, 2020).

4.1 Quilombo do Tapereira

Em estudo foi identificado as principais atividades econômicas de subsistência desenvolvidas nas comunidades do Alto (extrativismo da castanha-do-brasil e as roças de corte e queima), Médio (castanha-do-brasil, pesca artesanal e caça para a subsistência) e Baixo rio Cajari (extrativismo do açaí e outras frutas, pesca artesanal e caça de animais silvestres) na Reserva Extrativista do Rio Cajari no Sul do Amapá¹⁷. A RESEX foi criada pelo Decreto 99.145 de 12 de março de 1990, é uma unidade de conservação de uso sustentável e tem como gestor o ICMBIO, seus objetivos básicos são: assegurar o uso sustentável de seus recursos naturais, proteger os meios de vida e a cultura de populações¹⁸.

A Comunidade Quilombo do Tapereira fica localizada na região do médio na RESEX rio Cajari. No quilombo, a prática da agricultura, extração vegetal e criação de animais são atividades desenvolvidas pelos moradores, onde se destaca a produção de farinha artesanal e principalmente o cultivo de espécies como, mandioca, milho, abacaxi, banana e macaxeira, uma parte do que é produzido é vendido no Município de Vitória do Jarí e outra é utilizada para a subsistência dos próprios moradores (LEAL, 2017).

Além de acumular na sua história o conhecimento sobre a utilização dos recursos da natureza, especialmente espécies alimentícias não convencionais e medicinais baseado no conhecimento herdado de seus antepassados africanos¹⁹. “Este conhecimento envolve as formas de uso, benefícios, técnicas de cultivo e manejo, indicações medicinais, dentre outros” (RIBEIRO *et al.*, 2021, p. 56-57).

Os estudos sobre as atividades agroextrativistas desenvolvidas nos territórios quilombolas no Sul do Amapá, especificamente na RESEX Rio Cajari, ainda são muito incipientes, o que pode ser explicado devido à localização geográfica das comunidades. De modo que, o acesso principal é por via fluvial e estradas vicinais de difícil tráfego, além dos centros urbanos encontrarem-se distantes geograficamente (RIBEIRO *et al.*, 2021).

Nesse sentido, nota-se que há um elevado número de pesquisas com comunidades quilombolas próximo a capital de Macapá no Norte do estado e nos Municípios aos arredores, como é o caso do quilombo do Curiaú, quilombo do Rosa e o quilombo Mel da Pedreira.

¹⁷ PAULA FILHO, Galdino Xavier de. **Plantas alimentícias não convencionais da Reserva Extrativista rio Cajari, Amapá:** levantamento etnobotânico, composição química e propagação. 2018. 195f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2018.

¹⁸ *Ibidem*

¹⁹ *Ibidem*

4.2 Quilombo do Curiaú

O quilombo do Curiaú fica localizado no Município de Macapá, situa-se 10 km ao norte do centro da cidade de Macapá, dentro da APA do Rio Curiaú (Área de Proteção Ambiental) (BRONZE, 2022). Em 03 de novembro de 1999 o quilombo do Curiaú recebeu o título de reconhecimento de Domínio de suas Terras através da Fundação Cultural Palmares, em união com o Ministério da Cultura, sendo considerado o primeiro grupo remanescente do Amapá, e o segundo do Brasil, antes disso o governo do Estado do Amapá, por meio da Lei Nº 0431/98, já havia transformado legalmente a área em Área de Proteção Ambiental (APA) (PANTOJA; SILVA, 2019).

De acordo com Brito, Bastos e Farias (2017), a forma de posse e utilização é o que configura a vida da população do território, três são os espaços de produção, a vila (no caso as comunidades), onde há maior concentração da população, seguido da roça, onde se realiza o manejo e a agricultura, e o extrativismo de coleta da fauna e flora realizado no ambiente natural, além da exploração do lazer.

Até o ano de 2007, na APA do Rio Curiaú, a exploração de diferentes parcelas de terras era destinada ao sistema produtivo agropecuário. Várias pessoas compartilhavam os quintais, as roças e as hortas de uma ou duas tarefas, nas áreas de ilhas de mata o solo era propício ao desenvolvimento da mandioca (BRITO; DRUMMOND, 2007).

Em relação à economia, a principal fonte de renda da População Economicamente Ativa (PEA) da APA segundo dados do Plano de Manejo é a agricultura, seguido do emprego na função pública e dos benefícios da previdência, a renda média por mês chega até dois salários mínimos (SANTOS, 2012). O cultivo da mandioca é uma das principais atividades agrícolas para a produção da farinha, também em pequena escala se cultiva hortaliças em áreas de várzea e em cerrado²⁰.

A alimentação dos quilombolas desta comunidade é representada pelo extrativismo que tem papel importante, uma de suas principais atividades é a pesca, seguido da extração de madeira selecionada e de açaí (*Euterpe oleracea Mart.*) nos ambientes de várzea, além da extração e cultivo de plantas medicinais (SILVA *et al.*, 2013). Em relação à pesca, Brito, Bastos e Farias (2017), relatam que atualmente ela não é mais tão importante quanto no

²⁰ VIDEIRA, Lino Piedade. **Batuques, folias e ladainhas: a cultura do Quilombo do Curiaú em Macapá e sua educação.** 2010. 260f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

passado, pois a alimentação consumida nas comunidades é, em sua maioria, adquirida no comércio macapaense.

A criação extensiva de búfalos também é uma das principais atividades desenvolvidas no quilombo Cria-ú, realizada por pequenos agricultores, em menor escala, há também a criação de gado bovino, de suínos e cavalos²¹. A pressão nas áreas de caça praticada em alta escala por caçadores vindos de Macapá principalmente, e a proximidade da cidade tornou a caça nas matas menos abundante, além da legislação ambiental, levou a busca por proteína animal a não ser mais prioridade dos moradores²².

4.3 Quilombo do Rosa

Localizado na zona rural da cidade Macapá, Amapá, no oriente da Amazônia no Brasil, a comunidade remanescente de quilombo do Rosa, desenvolve um processo de territorialização específico, que envolve o reconhecimento da identidade, demarcação e titulação de sua terra (SILVA, 2019).

Atualmente, a agricultura e o extrativismo é a base da reprodução econômica do Quilombo do Rosa, cultivam e criam animais para o consumo próprio, com pouca comercialização de seus excedentes. Ainda segundo o autor, devido à escassez dos produtos de coleta a atividade extrativista está cada vez menos expressiva²³.

Assim, o contexto econômico da vida social do quilombo está em um momento de transição²⁴. A comunidade precisou reestruturar sua reprodução material, adotou como estratégia exercer empregos assalariados, no campo e na cidade e o desenvolvimento de uma agricultura comercial, antes a dinâmica econômica na localidade era baseada, sobretudo, em agroextrativismo, no entanto, a intensa exaustão dos bens da natureza no território provocado por atores externos, fez com que esta atividade perdesse sua força²⁵.

4.4 Quilombo Mel da Pedreira

²¹ *Ibidem*

²² *Ibidem*

²³ SILVA, David Junior de Souza. O processo de territorialização do quilombo do Rosa, Amapá, Brasil. **Amazônica – Revista de Antropologia**, Macapá, v. 12, n. 1, p. 49-85, 2020.

²⁴ *Ibidem*

²⁵ *Ibidem*

A Comunidade Remanescente de Quilombo Mel da Pedreira (CRQMP), pertence ao Município de Macapá, localiza-se na BR 156, no quilômetro 30, distante cerca de 50 quilômetros da capital Macapá no Amapá. Como forma de acesso, utiliza-se o transporte fluvial pelo lago perene do território, pode ser feito também por uma estrada de asfalto e depois por um pequeno ramal sem asfalto até a vila (CUSTÓDIO; BOBSIN, 2019).

Os moradores da CRQMP tem a estrutura e organização econômicas relacionada à produção extrativa, vivem da coleta de raízes e frutos, da caça e da pesca. Além disso, criam animais como porcos, búfalos, galinhas e peixes, produção agrícola como o plantio de milho e abacaxi, produzem farinha de mandioca e mel de abelhas sem ferrão (CUSTÓDIO; SOUZA; ALMEIDA, 2019).

Sousa (2014) observou que há no quilombo um trabalho individual dos indivíduos relacionado ao trabalho no meio urbano, agricultura e a criação de porcos, estes atuam como proprietários de pequenos negócios, provedores de transporte escolar, e atuam como funcionários públicos. O autor destacou a apicultura e a produção de farinha como duas iniciativas recentes de organização e desenvolvimento econômico do Quilombo Mel da Pedreira.

A produção artesanal, agrícola e pecuária, tem dado espaço para as mulheres nos últimos anos. O artesanato é desenvolvido por alguns moradores para o próprio consumo e venda em pequena escala. Os autores destacam que em relação à participação no trabalho das atividades de produção na comunidade, não há distinção entre mulheres e homens, pois trabalham em cooperação e com respeito (CUSTÓDIO; COSTA, 2018).

A CRQMP encontra-se distante do centro de comercialização da capital Macapá. Com isso, a comunidade enfrenta dificuldades no escoamento dos produtos, devido à falta de apoio econômico e logístico, neste sentido, os trabalhos desenvolvidos na comunidade, estão voltados apenas para o consumo da população local (CUSTÓDIO; SOUZA; ALMEIDA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agroextrativismo sempre exerceu papel importante no desenvolvimento das comunidades tradicionais do Brasil e do Amapá. Assim, foi possível observar que sempre participou do processo histórico de luta da população amazônica por direitos, e garante até os dias atuais a sobrevivência de muitas pessoas.

Deste modo, observa-se que a população quilombola do estado do Amapá, desde o início da história de ocupação no estado, vivencia intensos processos exploratórios, o que os levou buscar espaços seguros e que lhes permitissem desenvolver suas atividades econômicas de forma livre.

Nas comunidades quilombolas do Amapá, sua importância se dá principalmente através da alimentação com a venda dos excedentes em pequena escala. Atualmente, essas populações que vivem nesses espaços realizam suas atividades e mantêm uma relação direta com seus territórios, principalmente ligadas às práticas agroextrativistas.

Foi possível identificar que a prática extrativa em união com a agricultura são atividades viáveis para as comunidades quilombolas investigadas e contribui com a economia e principalmente para soberania alimentar dos remanescentes, no entanto precisa haver mais investimentos que incentive os produtores a produzir mais e elevar sua produção para uma escala maior.

As comunidades Quilombo do Tapereira, Quilombo do Curiaú, Quilombo do Rosa e Quilombo Mel da Pedreira apresentam perfil econômico semelhante, pois suas atividades extrativas são voltadas principalmente para a alimentação com venda de seus excedentes em pequena escala. As principais práticas agroextrativistas desenvolvidas são a produção de farinha de mandioca, milho, abacaxi, banana e macaxeira, hortaliças, plantas medicinais e açaí. Têm-se também a criação de animais e produção de mel.

Não foi identificada nas comunidades estudadas a coleta de castanha-do-pará, porém, ficou evidente a importância econômica da atividade a nível nacional.

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, Regina Helena. A importância do agroextrativismo nos processos produtivos e reprodutivos: o caso das famílias quilombolas na Amazônia Oriental maranhense. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.8, n.17, p. 24-32, 2014.
- BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. Recursos florestais naturais: produtos da exploração. **Caderno Setorial ETENE**, v. 1, n. 163, p. 01-19, 2021.
- BRASIL. **Instrução normativa conjunta nº 17, de 28 de maio de 2009. Normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-conjunta-mapa-mma-no-17-de-28-de-maio-de-2009-extrativismo-sustentavel-organico.pdf/view>. Acesso em: 24 mai. 2023.
- BRASIL. **Decreto n 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.
- BRITO, Daguiete Chaves; DRUMMOND, José. Planejamento e zoneamento participativos: novos instrumentos de gestão para as unidades de conservação do Brasil (o caso da área de proteção ambiental do Rio Curiaú – Amapá). **RGSA - Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 112-131, 2007.
- BRITO, Daguiete Maria Chaves; BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito; FARIAS, Rosana Torrinha Silva de. Ambiente, cultura e territorialidade na Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú – AP. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 21, n. 2. p. 342-344, 2017.
- BRONZE, Adrielma Nunes Ferreira. **Educação do campo, empreendedorismo social e desenvolvimento local: o caso da escola quilombola estadual José Bonifácio do Curiaú/AP.** 2022. 63 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto cria política nacional para incentivar agroextrativismo familiar na Amazônia.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/633430-projeto-cria-politica-nacional-para-incentivar-agroextrativismo-familiar-na-amazonia>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- CAMPOS, Roberto Júnior de Almeida. **Modo de vida e territorialidade quilombola da comunidade Ressaca Pedreira-Amapá.** 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Amapá, 2018.
- CARVALHO, Alethea H. A. de; TEODORO, Mayara F; FILOCREÃO, Antônio S. M. As terras de remanescentes quilombolas no Amapá: símbolo de resistência. Anais do III encontro de discentes de História da UNIFAP. **Anais...** Macapá: UNIFAP, 2017. p. 01-13.

COSTA, Dineuma Souza da; OLIVEIRA, Lariça Barreto de. **Análise do agroextrativismo do açaí** (*Euterpe oleracea* Mart.) **na Região do Rio Ariramba, Mazagão, Amapá**. 2019. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia) – Campus de Mazagão, Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2019.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; COSTA, Célia Souza da. Religião, ética e educação: experiências e vivências do Quilombo do Mel da Pedreira no Amapá. **Conjectura: Filosofia e Educação**, v. 23, p. 96-117, 2018.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; SOUZA, Silvaney Rubens Alves de; ALMEIDA, Maria das Dores do Rosário. História, cultura e identidade: olhares sobre comunidades quilombolas no estado do Amapá. **Projeto História**, São Paulo, v. 66, p. 220-254, 2019.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; BOBSIN, Oneide. Formas de resistência da religiosidade, da memória e da cultura negra no Amapá: o caso da comunidade quilombola de Mel da Pedreira. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 17, n. 52, p. 366-388, 2019.

D'ARACE, Larissa Martins Barbosa. Produção de açaí na região norte do Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 10, n. 5, p. 15-21, 2019.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Agroextrativismo e geopolítica da natureza: alternativa para o Cerrado na perspectiva analítica da cienciometria. **Ateliê Geográfico**, v. 11, n. 3, p. 110-133, 2017.

FILOCREÃO, Antônio Sergio Monteiro. **Extrativismo e capitalismo**: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do Sul do Amapá. 1992. 236f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, Capina Grande, 1992.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro; SILVA, Irenildo Costa da; LOMBA, Roni Mayer. A sustentabilidade dos sistemas agroextrativistas do Sul Do Amapá. **Espaço & Geografia**, v. 22, n. 2, p. 521-554, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=destaques>. Acesso em: 13 jul. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_2021_v36_informativo.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola – Lavoura Temporária. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 Ago. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Extração Vegetal e da Silvicultura 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LEAL, Nilcéia Amaral. **Os saberes e experiências pedagógicas dos docentes que atuam nas escolas públicas da região do Quilombo do Tapereira**. 2017. 53f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

LIMA, Jacinete Borges de; LOPES, Renê Francisco Fonseca. **O Território Quilombola do Ambé: história e festa de São Roque**. 2010. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura plena em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP, 2010.

LOMBA, Roni Mayer; SILVA, Irenildo Costa da. O crédito rural na agricultura familiar no Estado do Amapá-Brasil. Informe **Gepec**, Toledo, v. 18, n. 2, p. 20-36, 2014.

LOPES, Eliana da Silva. **BLOG: Histórias do Curiaú - A identidade cultural de um povo quilombola do Amapá**. 2017. 37 f. Relatório (Bacharel em Jornalismo) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

MENDES, Patrícia Miranda. **Segurança alimentar em comunidades quilombolas: estudo comparativo de Santo Antônio (Concórdia do Pará) e Cacau (Colares), Pará**. 2006. 160f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2006.

NASCIMENTO, Carminda Lemos do; PINTO, Ivani Sousa. **História, sócio-economia e urbanização: um estudo de caso sobre o Quilombo Lagoa dos Índios**. 2008. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP, 2008.

NASCIMENTO, Ana Lúcia Cardoso do. **Escolas-Família Agrícola e Agroextrativista do estado do Amapá: práticas e significados**. 2005. 201 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de altos estudos amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. “Ouzarão vir furtar descaradamente, e buscar novos companheiros, quando ouzavão até pôr fogo às Cazas”: escravizados em fuga na vila de São José de Macapá. **Revista de História da UEG - Morrinhos**, v.9, n.2, p. 01-26, 2020.

NOGUEIRA, Mônica; FLEISCHER, Soraya. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 125-157, 2005.

PALHETA, Mauriléa Muniz. **Declínio da produção de farinha de mandioca: uma análise na visão da comunidade do ramal Cataiandeua Abaetetuba-pa**. 2019. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) - Faculdade de formação e desenvolvimento do campo-FADECAM, Abaetetuba, 2019.

PANTOJA , Aline de Freitas; SILVA, Auristefany da Silva E. **Uma leitura geográfica sobre a festa de São Joaquim na comunidade quilombola do Curiaú de Fora Macapá-AP**. 2019. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Geografia) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

PAULA FILHO, Galdino Xavier de. **Plantas alimentícias não convencionais da Reserva Extrativista rio Cajari, Amapá:** levantamento etnobotânico, composição química e propagação. 2018. 195f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2018.

PENHA, Willis Freitas *et al.* Agroecologia e produção orgânica no Território Sul do Estado do Amapá. XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2020, Sergipe, **Anais ...** Sergipe: UFS, 2020. p. 01-06.

REIS, João Lázaro Melo. **Agroextrativismo e desenvolvimento sustentável no Amapá:** cenário e perspectivas. 2022. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia) – Campus de Mazagão, Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2022.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho; XIMENES, Tereza. Redes sociais no cooperativismo da castanha-do-brasil em áreas agroextrativistas na região sul do estado do Amapá. **Revista de Estudos Sociais**, Mato Grosso, v. 1, n. 21, p. 135-162, 2009.

RIBEIRO, Adivair, *et al.* Plantas alimentícias não convencionais da Reserva Extrativista do Rio Cajari, Amapá. *In:* SOBRINHO, M. S.; BRITO, K. S. A. de. **Ensino, pesquisa e extensão na Reserva Extrativista do Rio Cajari.** Mazagão: [Editado pelas organizadoras], 2021. p. 11-103.

SANTOS, Jair Carvalho dos; SENA, Ana Laura dos Santos; ROCHA, Carlos Ivan Lima da. Competitividade brasileira no comércio internacional de Castanha-Do-Brasil. 48º CONGRESSO SOBER - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais ...** Campo Grande, UCDB, 2009, p. 01-14.

SANTOS, Fernando Junio da. **Cultura, territorialidade e desenvolvimento local:** o caso da APA do rio Curiaú no Amapá. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SIMONI, Jane. A Revitalização do Extrativismo: Práticas de Economia Solidária e Sustentabilidade. **Ipea**, v. 42, p. 49-53, 2010.

SILVA, Raullyan Borja Lima *et al.* Caracterização agroecológica e socioeconômica dos moradores da comunidade quilombola do Curiaú, Macapá-AP, Brasil. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 3, n. 3, p. 113-138, 2013.

SILVA, David Junior de Souza. Matriarcalidade na constituição da memória social do Quilombo do Rosa. V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E GÊNEROS – GEPEM, 2019, Pará, **Anais ...** Pará, UFPA, 2019, p. 01-17.

SILVA, Lauro Sérgio Rodrigues da; SILVA, Juliana Souza da; REIS, Adebaro Alves dos. A importância dos estudos científicos sobre Economia Solidária em territórios e comunidades quilombolas na Amazônia paraense. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 1-21, 2019.

SILVA, David Junior de Souza. O processo de territorialização do quilombo do Rosa, Amapá, Brasil. **Amazônica – Revista de Antropologia**, Macapá, v. 12, n. 1, p. 49-85, 2020.

SILVA, Thiago Paixão da; PONTES, Altem Nascimento; ALBUQUERQUE, Alisson Rangel. Cadeias de produção sustentáveis no extrativismo de castanha do Brasil na Amazônia brasileira. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 63460-4678, 2020.

SILVA, Romaro Antônio; PALHARES, Pedro Manuel Baptista. Uma análise dos docentes e dos espaços escolares quilombolas no Amapá: mitos, tradições e a cosmogonia. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, Marabá, v. 4, n. 2, p. 180-191, 2022.

SOUSA, Walter Paixão. **A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma unidade de conservação de uso direto na Amazônia - a Reserva Extrativista do Rio Cajari no estado do Amapá**. 2006. 167f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SOUSA, Ana Kelly Vasconcelos Franklin de. **Mel da Pedreira: um quilombo protestante na Amazônia Brasileira**. 2014. 77f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

SOARES, Liliane Rodrigues; CAMPOS, Karoline Fernandes Siqueira. Dinâmicas territoriais de um quilombo no cerrado amapaense: experiências vividas e percebidas no quilombo mel da pedreira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 4, n. 1, p. 155-167, 2017.

SOARES, Liliane Rodrigues. Identidades quilombolas e territórios em disputa no cerrado Amapá. Geografia das redes de mobilização social na América Latina. VIII simpósio internacional de geografia agrária e IX simpósio nacional de geografia agrária. **Anais...** Curitiba: UFG, 2017.

VIDEIRA, Lino Piedade. **Batuques, folias e ladainhas: a cultura do Quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação**. 2010. 260f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.